

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



**Denise Pereira
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

História: espaços, poder, cultura e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Denise Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-438-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

CAPÍTULO 2..... 14

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

CAPÍTULO 3..... 23

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

CAPÍTULO 4..... 37

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

CAPÍTULO 6..... 64

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

CAPÍTULO 7..... 76

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

CAPÍTULO 8..... 87

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

CAPÍTULO 9..... 100

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomy Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>

CAPÍTULO 10..... 107

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro

Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

CAPÍTULO 11..... 118

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

CAPÍTULO 12..... 134

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

CAPÍTULO 13..... 149

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva

Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

CAPÍTULO 14..... 158

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

CAPÍTULO 15..... 176

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva

Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

CAPÍTULO 16..... 189

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

CAPÍTULO 17..... 203

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

CAPÍTULO 18..... 216

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

CAPÍTULO 19..... 227

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

CAPÍTULO 20..... 250

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

CAPÍTULO 21..... 259

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

CAPÍTULO 22.....	272
O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário  https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	281
ÍNDICE REMISSIVO.....	282

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Data de aceite: 24/08/2021

Data de submissão: 28/05/2021

Dayane Santos Silva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação
em Educação – PPE
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá-PR
<https://orcid.org/0000-0002-3913-9830>

Lucas Santos Macedo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação
em Letras – PPL
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá-PR
<https://orcid.org/0000-0002-1464-1445>

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo compreender qual é o papel atribuído à educação na disseminação da concepção de desenvolvimento rural para o combate à pobreza e à fome na América Latina, presente na proposta da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO. Para tanto, este trabalho propõe-se identificar a relação entre a educação e desenvolvimento rural, como estratégia para o combate à fome e à pobreza. Nesse sentido, faremos a análise de alguns documentos produzidos pela FAO no período de 2000 a 2012, e também de documentos anteriores, que tratam especificamente do desenvolvimento rural, no sentido de compreender quais foram as razões que levaram à (re)formulação da concepção de desenvolvimento rural, baseada

nos princípios do desenvolvimento econômico. Também discutiremos qual é o papel da educação na proposta da FAO, foco desse estudo, para o desenvolvimento rural na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: FAO; Educação; Desenvolvimento Rural; América Latina.

FAO: EDUCATION AS A STRATEGY FOR RURAL DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

ABSTRACT: The present study aims to understand the role attributed to education in the dissemination of the concept of rural development to combat poverty and hunger in Latin America, as proposed by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). For this reason, this work proposes to identify the relationship between education and rural development as a strategy to fight hunger and poverty. In this respect, we will analyze some documents produced by FAO in the period from 2000 to 2012, and also previous documents that deal specifically with rural development, in order to understand what were the reasons that led to the (re)formulation of the concept of rural development, based on the principles of economic development. We will also discuss the role of education in the FAO proposal, the focus of this study, for rural development in Latin America.

KEYWORDS: FAO; Education; Development rural; Latin America.

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para

Alimentação e Agricultura – FAO¹, é uma das agências especializadas da ONU, criada no pós-guerra em 1945, com o objetivo promover o crescimento econômico mundial por meio da elevação dos níveis de produção agrícola e nutrição alimentar (FAO, 2004).

A FAO trabalha em parceria com as agências do Sistema da Organização das Nações Unidas² e com outros organismos internacionais, a citar: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, Grupo do Banco Mundial - BM, Missão Europeia, Fundo Global para o Desenvolvimento - GEF, Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, entre outros, que desenvolvem ações conjuntas ou isoladas de cooperação técnica agrícola em países em desenvolvimento.

Cabe salientar que, a partir de 1990, especialmente, após 2000, com os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (2000), a FAO, o IICA e a CEPAL vêm desenvolvendo várias ações conjuntas de cooperação técnica agrícola para os países da América Latina e outros países em desenvolvimento, ações estas que visam promover o desenvolvimento rural em países latino-americanos, sendo a educação uma via de disseminação de seus projetos.

Nesse sentido, as discussões realizadas neste estudo, será norteadas pela educação proposta pela FAO, para atingir seus objetivos e metas para o desenvolvimento rural na América Latina. Para tanto, faremos um breve histórico da atuação e da reconceitualização do paradigma de desenvolvimento rural na América Latina, no sentido de compreender quais foram as razões que levaram à (re)formulação da concepção de desenvolvimento rural, baseada nos princípios do desenvolvimento econômico. Também discutiremos qual é o papel da educação na proposta da FAO, foco desse estudo, para o desenvolvimento rural na América Latina.

FAO: AMÉRICA LATINA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A FAO se estabeleceu na América Latina em 1949. Entretanto, sua formalização ocorreu somente em 1955, com a criação do escritório regional em Santiago do Chile. Nesse período sua principal função era de cooperação técnica em atividades de silvicultura, agricultura, pesca e nutrição (FAO, 2004).

Atualmente, 33 Estados da América Latina e Caribe são membros, e suas ações estão centradas na cooperação técnica para a disseminação de programas e projetos de desenvolvimento rural, segurança alimentar, combate à pobreza e à fome, sendo a educação, uma de suas estratégias de propagação.

A concepção de desenvolvimento rural presente nos documentos da FAO é

1 A sigla FAO corresponde ao nome da agência em inglês: Food and Agriculture Organization.

2 Organograma do Sistema das Nações Unidas com os Órgãos Principais da ONU. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/organismos/organograma/>.

apresentada como: “agricultura, educação, infraestrutura, saúde, fortalecimento das capacidades em função do emprego agrícola, das instituições rurais e das necessidades de grupos vulneráveis.” (FAO, 2004a, p. 18, tradução nossa)³. Para a FAO, o desenvolvimento rural não é compreendido apenas como produção agrícola, mas como “[...] melhora das condições de vida da população rural, de maneira equitativa e sustentável, [...] acesso aos bens (naturais, físicos, humanos e de capital social) e serviços: controle do capital produtivo [...], que fazem o possível para melhorar sua subsistência [...].” (FAO, 2004a, p. 18, tradução nossa)⁴.

É possível identificar em alguns documentos produzidos pela FAO, que a concepção de desenvolvimento rural passou por um processo de redefinição teórico-prática nos últimos anos. Na sua criação em 1945, o desenvolvimento rural era concebido enquanto segurança e nutrição alimentar, entretanto, a partir de 1970, e mais nitidamente após 1990, organismos e agências internacionais ligadas ao setor agrícola, redefiniram o conceito de desenvolvimento rural. Para Alves e Guivant (2010) o processo de reconceitualização justifica-se porque:

Inicialmente (na década de 1950) o crescimento e o desenvolvimento agrícola eram vistos principalmente em termos de segurança alimentar, e essa ideia era reforçada pela experiência europeia durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo o processo de reconceitualização do desenvolvimento agrícola permitiu reconfigurar o setor, de modo que a modernização da agricultura não só permitisse aumentar a disponibilidade de alimentos, mas também de se constituir como um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico ao possibilitar a ligação de uma enorme cadeia de *inputs* e *outputs* com o setor não agrícola ao servir de vaso receptor para os insumos industrialmente produzidos e fornecer matérias primas para a indústria e alimentos baratos para as populações urbanas (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 90).

Conforme apresentamos anteriormente, a concepção de desenvolvimento rural na FAO, principalmente a partir dos anos de 1990, foi ampliada. Ou seja, o foco deixou de ser relacionado apenas à segurança e à nutrição alimentar, e passou a contemplar questões relacionadas ao “bem estar” da população rural, com vistas ao desenvolvimento econômico dos países mais pobres. Em outras palavras, o desenvolvimento rural proposto pela FAO está atrelado a um macro projeto de desenvolvimento econômico, que caracteriza-se como estratégia para aliviar a pobreza e a fome, problemas historicamente e estruturalmente causados pelo avanço do capitalismo.

A convergência entre as propostas dos organismos e agências internacionais se dá em função de acordos estabelecidos mundialmente, como é o caso dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (2000), em que agências da ONU e organismos internacionais

3 Desarrollo rural: comprende agricultura, educación, infraestructura, salud, fortalecimiento de las capacidades en función del empleo no agrícola, las instituciones rurales y las necesidades de los grupos vulnerables.

4 El desarrollo rural persigue la mejora de las condiciones de vida de la población rural, de manera equitativa y sostenible, tanto desde el punto de vista social como del medioambiente, gracias a un mejor acceso a los bienes (naturales, físicos, humanos, tecnológicos y al capital social) y servicios; y al control del capital productivo (en sus formas financiera o económica) que hacen posible mejorar su subsistencia de manera sostenible y equitativa.

trabalham em conjunto, na forma de colaboração interinstitucional para aumentar a eficiência e responder mais rapidamente aos Estados membros, os problemas causados pelas crises econômicas.

O desenvolvimento rural entre os anos de 1960 e 1970, começou a abordar e considerar as pequenas propriedades agrícolas “como motor do crescimento e do desenvolvimento” econômico (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 92).

Com a disseminação das técnicas e práticas da *Revolução Verde*, “também conhecida como modernização conservadora que, mediante o estímulo ao uso de maquinário e novos insumos agrícolas, concentrou a terra e impulsionou o êxodo rural “ (NUNES, 2014, p. 17), iniciada em meados da década de 1960 na Ásia, e mais tarde se estendeu para os países da América Latina, a pequena propriedade passou a ser vista como meio para alavancar o desenvolvimento rural, e conseqüentemente, o desenvolvimento econômico dos países mais pobres. De acordo com Ellis e Biggs (2001, *apud* ALVES e GUIVANT, 2010), as principais mudanças nos paradigmas do desenvolvimento rural nesse período foram:

- 1) os pequenos agricultores são considerados agentes econômicos racionais, capazes de tomar decisões eficientes; 2) os pequenos agricultores são tão capazes como grandes agricultores, de produzirem variedades vegetais, uma vez que as combinações de *inputs* necessários a produção são agentes neutros (sementes, fertilizantes, água); 3) existe uma relação inversa entre a dimensão das explorações e da eficiência econômica, de tal forma que os pequenos agricultores são mais eficientes do que os grandes agricultores, em combinação com as pequenas explorações baixos requisitos de capital; 4) a combinação desses três fatores levam em direção a uma estratégia agrícola que favorece as pequenas propriedades familiares, em vez de uma estratégia que apostava na força de um setor agrícola moderno composto de várias fazendas e finalmente, 5) a crescente produção agrícola nas pequenas propriedades estimula o crescimento da mão de obra em atividades não agrícolas nas zonas rurais. Este último fator seria fundamental na estratégia de diminuição da pobreza, que se constituiria em um dos elementos chave da proposta de desenvolvimento endógeno nas décadas seguintes. (ELLIS e BIGGS, 2001, *apud* ALVES e GUIVANT, 2010, p. 92).

Na América Latina essa mudança de paradigma ficou latente em decorrência das políticas de incentivo e financiamento público para insumos agrícolas (inserção de máquinas, sementes, adubos e defensivos químicos), com o objetivo de “modernizar” e ampliar a produção agrícola dos governos nacionais.

Cabe salientar que, o desenvolvimento rural proposto pela FAO e outras agências e organismos, almejado pelos governos nacionais em desenvolvimento, como é o caso dos países da América Latina, ocorreu de forma desigual e limitada. Isto ocorreu porque “o desenvolvimento desigual é produto do desenvolvimento capitalista [...] premissa para a exploração das desigualdades geográficas para determinados fins econômicos e sociais” (SAQUET e SPOSITO, 2008, p. 21).

Dessa forma, podemos considerar que, embora o desenvolvimento rural na América

Latina tenha passado por um processo de mutação no campo conceitual, o mesmo não ocorreu de forma massiva na prática. Isso resulta de um processo histórico, político e econômico em que relações de dominação imperialistas, que mantêm o desenvolvimento rural sob tutela dos interesses do capital.

Verifica-se ainda, que “o processo de mundialização da agricultura, são vistos como respostas ao declínio da capacidade dos Estados-nação de regular os seus setores agrícolas e alimentares cedendo lugar a uma regulação global.” (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 96). Alves e Guivant (2010), constataram que o paradigma de desenvolvimento rural apresenta características exógenas e endógenas. Exógenas no sentido de que as propostas e modelos de desenvolvimento rural vem de fora, ou seja, de origem externa, assim como ocorre nos projetos de cooperação técnica de agências e organismos internacionais, paradigma adotado até 1990; e endógenas, que parte de um modelo em que valoriza o conhecimento local e participação dos atores em todos os processos do desenvolvimento. O paradigma endógeno de desenvolvimento rural, é marcado pela descentralização, modelo este que foi amplamente difundido após a década de 1990.

Atualmente, Alves e Guivant (2010), consideram que não existe um modelo padrão de desenvolvimento rural, e que há uma congruência entre os dois paradigmas (endógeno e exógeno), apontado por Ward (2005, apud ALVES e GUIVANT, 2010, p. 98) como *neoendógeno*, que “se inspira em teorias que sustentam que a chave para o desenvolvimento local é a construção de uma capacidade institucional local, simultaneamente capaz de mobilizar recursos internos e lidar com forças externas [...]”.

Esse paradigma de desenvolvimento rural apontado por Ward (2005, apud ALVES e GUIVANT, 2010) como *neoendógeno*, demonstram como se inserem as propostas e os projetos de agências e organismos internacionais, como a FAO, em países da América Latina, ou seja, esse processo ocorre na forma de consenso e colaboração entre países e instituições. Ao mesmo tempo em que são feitos acordos externos, são levados em consideração os aspectos da tradição e dos saberes locais.

Alves e Guivant (2010, p. 102), observam que existe uma “heterogeneidade de atores que atuam na disputa pelo domínio do espaço rural”, ou seja, essa disputa é marcada por interesses antagônicos. De um lado existem forças do capital que visam a manutenção e reprodução do sistema, de outro temos os movimentos sociais que lutam pela superação e extinção do capital. Esse processo também é marcado pela contradição, pois ao mesmo tempo em que as agências e organismos internacionais como a FAO, atuam em função dos interesses do capital, também visam o desenvolvimento rural como meio de proporcionar o bem estar da população rural, em outras palavras, buscam humanizar o capital.

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

A educação é compreendida pela FAO como uma “alavanca” para o desenvolvimento dos países pobres e famintos. A educação vista como instrumento necessário para o desenvolvimento não apenas rural, mas também econômico, social e cultural (FAO, 2004b).

A atuação da FAO em países latino-americanos, deu-se pela grande extensão de terras agricultáveis e pouco produtivas, e principalmente, pelos altos índices de pobreza e fome. Nesse contexto, a FAO compreende que a baixa produtividade está relacionada à ausência de modernização do campo e a falta de integração do pequeno agricultor ao mercado (FAO, 2004a).

De acordo com a FAO (2004a), para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, previsto para o período de 2000 a 2015, e não amplamente alcançados, era necessário haver mudanças de estratégias entre organismos e agências internacionais, via sistema de parcerias, para “alcançar mediante novas alianças e associações multissetoriais e interdisciplinares entre especialistas em assistência que trabalham em educação e querem trabalhar com o desenvolvimento rural e com a agricultura.” (FAO, 2004a, p. 22, tradução nossa)⁵.

Nessa perspectiva, em 2002, a FAO em parceria com a UNESCO lançaram um novo programa, considerado marco da *Educação para Todos*, com foco na educação básica⁶ da população rural. Esta parceria veio reafirmar os compromissos tratados na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (1990), na tentativa de incluir propostas e metas para educação da população rural.

Para a FAO (2004a, p. 21, tradução nossa)⁷ “a pobreza em áreas rurais está estreitamente vinculada ao analfabetismo”, e a pobreza e o analfabetismo estão relacionados a falta de modernização do campo. Nesse sentido, a FAO e a UNESCO propõem redefinir a concepção de educação agrícola, e apontam como solução:

- revisão dos planos de estudos técnicos e profissionais em escolas agrícolas e formação com o objetivo e incrementar a preparação de pessoal técnico;
- melhora da formação dos educadores técnicos;
- educação agrícola que considere as habilidades e competências, tanto fora quanto dentro do campo, como importantes para as populações rurais;
- educação agrícola que leve em consideração as mudanças tecnológicas, as cadeias produtivas globais, os desafios relativos ao mercado e a saúde, o emprego fora e dentro do campo, as mudanças climáticas e o desenvolvimento das empresas. (FAO, 2012, p. 13).

Verifica-se que, as mudanças na concepção de educação rural ocorridas no final da década de 1980 e início da década de 1990, é resultado do processo das reformas

5 [...] lograr mediante nuevas alianzas y asociaciones multisectoriales e interdisciplinarias entre especialistas en asistencia que trabajan en educación y quienes trabajan en el desarrollo rural y de la agricultura.

6 A educação básica é compreendida pela UNESCO como Ensino Fundamental e Ensino Médio.

7 La pobreza en las áreas rurales está estrechamente vinculada al analfabetismo [...].

neoliberais, em que “o capital impõe a reestruturação produtiva e com ela e a afirmação ideológica, segundo a qual, haveria uma importância da educação básica para a formação profissional dos indivíduos.”. Nesse sentido, a educação básica é vista com maior relevância, “sobretudo porque a esta caberia a formação da força de trabalho, desenvolvendo as “competências” para atender as necessidades do mercado.” (BATISTA e ALVES, 2009, p. 3).

Segundo a FAO (2004), a educação básica permite que os agricultores tenham mais possibilidades de utilizar tecnologias, e com isso participar mais ativamente da economia, e sobretudo, contribuir para o desenvolvimento:

Reconhecemos que os agricultores com educação básica têm mais possibilidade de adotar novas tecnologias e ser mais produtivos. Com a educação básica estão melhor equipados para tomar decisões, melhor informados para suas vidas e suas comunidades, assim como para ser participantes ativos na promoção das dimensões econômica, social e cultural do desenvolvimento (FAO, 2004, p. 28, tradução nossa)⁸.

A nova perspectiva adotada pela FAO e outras agências que atuam conjuntamente no combate à pobreza e a fome, está no enfoque “multissetorial” e “multidisciplinar”, para o combate à pobreza e o desenvolvimento nas áreas rurais, sendo a educação uma de suas principais estratégias. Para a FAO (2004, p. 29, tradução nossa)⁹, “a educação e a formação são os dois mais poderosos instrumentos de luta contra a pobreza rural em favor de desenvolvimento rural.” A FAO defende ainda, que a educação básica ajuda a romper com o ciclo da pobreza:

Embora haja exceções locais, a pauta de educação básica em áreas rurais em países de baixa renda, descrito anteriormente, as oportunidades de aprendizagem básica são geralmente inadequadas para ajudar os habitantes das áreas rurais a romper com o círculo vicioso da pobreza. Esta falta de oportunidades de aprendizagem básica é tanto causa como efeito da pobreza rural. [...] A educação básica, por si só, não pode romper com o círculo vicioso, porém deve ser um elemento chave de uma estratégia de redução da pobreza em zonas rurais (FAO, 2004a, p. 112, tradução nossa)¹⁰.

O discurso da educação como panaceia dos problemas sociais, estão muito presentes nos discursos da FAO e de outras agências e organismos internacionais, para o desenvolvimento rural. Entretanto, cabe salientar que esse discurso ideológico, omite, ou em alguns momentos, minimiza os efeitos do avanço do capital nos países periféricos.

8 Se reconoce que los agricultores con educación básica tienen más probabilidades de adoptar nuevas tecnologías y ser más productivos. Con la educación básica están mejor equipados para tomar decisiones mejor informadas para sus vidas y sus comunidades, así como para ser participantes activos en la promoción de las dimensiones económica, social y cultural del desarrollo.

9 La educación y la formación son dos de los más poderosos instrumentos en la lucha contra la pobreza rural y en favor del desarrollo rural.

10 Si bien existen excepciones locales a la pauta de educación básica en las áreas rurales en los países de bajos ingresos descrita previamente, las oportunidades de aprendizaje básico son generalmente inadecuadas para ayudar a los habitantes de las áreas rurales a romper el círculo vicioso de la pobreza. Esta falta de oportunidades de aprendizaje básico es tanto una causa como un efecto de la pobreza rural. [...] La educación básica, por sí sola, no puede romper este círculo vicioso, pero debe ser un elemento clave de una estrategia de reducción de la pobreza en las zonas rurales.

Contudo, podemos considerar que, com o avanço da mundialização do capital, aumentou-se a concentração de riquezas, e conseqüentemente, o desemprego, a pobreza e a fome nos países em desenvolvimento. Nessa perspectiva, os organismos internacionais atuam no sentido de amenizar e/ou humanizar os processos destrutivos que são inerentes ao capital. No entanto, suas ações representam um efeito placebo, ou seja, em que não se materializam, pois não é a educação que as impedem de participar efetivamente dos processos políticos, sociais e econômicos e culturais, mas sim a pobreza, condição necessária para a reprodução do capital.

Para Frigotto e Ciavatta e Ramos (2005), a transformação dessas relações historicamente construídas, implicam na ruptura de todas as formas de colonização e subalternidade, inclusive com as organizações internacionais, na qual a América Latina é um caso exemplar. Portanto, a superação dessas relações se dará nas profundas transformações estruturais e conjunturais desta sociedade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que a educação é apresentada pela FAO como uma importante estratégia para desenvolvimento rural, e que a mesma, desempenha uma função significativa para o combate à fome e a pobreza.

A educação ocupa um papel fundante nas propostas de desenvolvimento rural apresentadas pela FAO a partir de 1990, principalmente após os anos 2002, ano em que a FAO estabeleceu parceria com a UNESCO. A atuação conjunta entre as agências especializadas da ONU – FAO e UNESCO, resultaram em uma produção intensa de estudos e documentos sobre a educação como estratégia de desenvolvimento rural em países da América Latina e Caribe, bem como, para países da África e Ásia.

A partir da análise de alguns documentos produzidos pela FAO a partir de 2000, podemos considerar que a reestruturação produtiva e a mundialização do capital, levaram a (re) formulação da concepção de desenvolvimento rural, bem como, a mudança de paradigma de desenvolvimento rural. Nesse sentido, a educação ocupa um papel central na formação desses sujeitos, colocada pela FAO como formação de habilidades e competências necessárias as demandas do mercado.

De acordo com Frigotto e Ciavatta e Ramos (2005, p. 11), uma educação pautada nas habilidades e competências não nos ajudam “a compreender o processo histórico da produção de desigualdade entre as nações e no interior delas”, pelo contrário, elas reforçam as relações de subalternidade e alienação. Portanto, a transformação dessas relações historicamente construídas, implicam na ruptura de todas as formas de colonização e subalternidade, inclusive com os organismos internacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. F.; GUIVANT, J. S. O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre desenvolvimento rural? (p. 89 – 106). In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BATISTA, R. L.; ALVES, G. **A ideologia da educação profissional no contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital**. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi. (org) - Campinas, SP: FE/UNICAMP : HISTEDBR, 2009.

CEPAL; FAO, IICA. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural em las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe**. São José, C.R: IICA, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/019/i3702s/i3702s.pdf>. Acesso em: mai/2021.

FAO. **Educación para el desarrollo rural: hacia nuevas respuestas de política**. 2004a. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001329/132994so.pdf>. Acesso em: mai/2021.

_____. **Educación para la población rural em Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México, Paraguay y Perú**. 2004b. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/009/y5517s/y5517s00.htm>. Acesso em: mai/2021.

_____. **Carta do Campesino: DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA DE AÇÃO** da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Roma. 1979. Disponível em: <http://repiica.iica.int/DOCS/B0428P/B0428P.PDF>. Acesso em: mai/2021.

_____. **Educación para la población rural: El papel de la educación, la formación y el desarrollo de capacidad para la reducción de la pobreza y la seguridad alimentaria**. Roma, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/docs2012/ERPBookSpanish2012.pdf>. Acesso em: mai/2021.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Vocational Education and Development**. In: UNESCO. **International Handbook of Education for Changing World of Work**. Bom, Germany, UNIVOC, 2009. p. 1 307-1319. - Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, como patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005.

NUNES, S. P. (org.). **Agroecologia uma abordagem crítica**. – Ijuí: ed. Unijuí, 2014.

ONU. **O Sistema das Nações Unidas**: organograma, 2011. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/organograma-do-sistema-onu/>. Acesso em: mai/ 2021.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. (p. 15 – 31). In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

F

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

G

Geoprocésamiento 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

H

História oral 134

I

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

J

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

M

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

N

Nacionalismo 64

P

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

Q

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

R

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

S

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

T

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

V

Vale do Café 118, 121, 122

Z

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.arenaeditora.com.br
✉ contato@arenaeditora.com.br
📷 @arenaeditora
📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021